

DESONERAÇÃO DA FOLHA

Projeto de lei relatado por líder do governo sugere elevar a cobrança incidente nos Juros sobre Capital Próprio (JCP). Votação do texto é adiada para a terça-feira

Aumento de tributo como compensação

» RAFAELA GONÇALVES

O Senado optou por adiar, para terça-feira, a votação do projeto que prevê medidas de compensação para a desoneração da folha de pagamentos. O líder do governo na Casa e relator do projeto, Jaques Wagner (PT-BA), apresentou seu parecer, ontem, abrindo prazo para acatar sugestões e “aproximar o texto” das demandas dos parlamentares.

O relatório incluiu um dispositivo controverso, que aumenta a cobrança incidente nos Juros sobre Capital Próprio (JCP), de 15% para 20%, com o objetivo de repor a perda de R\$ 25 bilhões dos cofres da União este ano, com a prorrogação da desoneração.

“Estou me comprometendo a negociar até segunda-feira, pois são muitas emendas e destaques chegando, e tentar ao máximo incorporar o que for possível ao texto. Sei quais são os questionamentos, alguns irão para destaque, mas o voto decidirá como seguiremos em frente”, disse Wagner. Ele reconheceu que a medida deve gerar insatisfação entre os senadores.

O projeto propõe pelo menos outras sete fontes de compensação. De acordo com o líder, esse aumento do JCP só passaria a ser cobrado em janeiro de 2025, caso as outras medidas não fossem capazes de repor as perdas. “Sei que cria desconforto, ninguém gosta de falar de aumento de juros ou contribuição. Agora, insisto que, nesta Casa, há a lei de responsabilidade fiscal”, enfatizou.

Os Juros sobre Capital Próprio são um tipo de remuneração que as empresas distribuem aos seus acionistas, sócios ou cotistas. Na prática, é uma forma de distribuição de lucros alternativa aos dividendos. Foi criada para substituir o desconto da correção monetária na apuração do lucro real e, consequentemente, na base de cálculo de impostos.

A sugestão do incremento foi feita pela equipe econômica, conforme explicou o relator. “Alguns deles (dispositivos de compensação), como atualização de ativos, têm um cálculo difícil de se fazer, pois depende de adesão”, ressaltou Wagner. “A Receita e a Fazenda discutiram muito um aumento do CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), mas a rejeição foi latente, e este relator foi buscar um encontro de contas. Decidimos então trabalhar em algo que já tem seus questionamentos, que é o JCP”, emendou.

Em nota, a Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca) criticou a proposta e

Jefferson Rudy/Agência Senado



Wagner: “Sei que cria desconforto, ninguém gosta de falar de aumento de juros ou contribuição”

As medidas

- Aumento da cobrança de Juros sobre Capital Próprio (JCP), de 15% para 20%;
- Atualização de bens no Imposto de Renda;
- Repatriação de ativos mantidos no exterior;
- Renegociação de multas aplicadas por agências reguladoras;
- Pente-fino no INSS e programas sociais;
- Uso de depósitos judiciais e extrajudiciais;
- Programa de cadastro dos benefícios fiscais concedidos pelo governo;
- Uso de recursos esquecidos

afirmou que o aumento da tributação do JCP é um “equivóco”. “Essa medida ainda tende a piorar o mercado e o cenário de investimentos no Brasil, que já conta com um dos piores indicadores de desempenho ao redor do mundo, além de agravar as várias distorções já existentes na tributação sobre a renda”, alegou.

A entidade reúne empresas com 40% de participação no Produto Interno Bruto (PIB) do país e responde por 80% do valor de mercado das empresas listadas na B3. “A Abrasca acredita que o equilíbrio fiscal deve ser justo do ponto de vista social e garantir a competitividade das empresas brasileiras. O caminho para alcançar esse equilíbrio é a melhor utilização de recursos e ativos públicos, a redução de gastos sem afetar os mais pobres e uma profunda revisão do orçamento federal, para permitir a melhor alocação de recursos e o controle social”, enfatizou a associação.

Pente-fino

Outra medida de compensação prevista no parecer do relator, proposta pela Receita, é um pente-fino no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e no Benefício de Prestação Continuada (BPC). Conforme o Ministério da Previdência, o governo avalia economizar R\$ 20 bilhões na revisão dos benefícios previdenciários.

Além disso, o texto propõe a atualização de bens no Imposto de Renda, repatriação de ativos mantidos no exterior, renegociação de multas aplicadas por agências reguladoras, uso de depósitos judiciais e extrajudiciais, além do programa de cadastro dos benefícios fiscais concedidos pelo governo e o uso de recursos esquecidos.

Municípios

A reoneração da folha de pagamentos das empresas ocorrerá de 2025 a 2027, com o

aumento gradual das alíquotas da contribuição previdenciária e a redução gradual das alíquotas da contribuição sobre a receita bruta.

Um ponto importante do substitutivo apresentado é a reoneração gradual também dos municípios menores, contemplados pela redução da alíquota da contribuição previdenciária de 20% para 8%. Nesse caso, a alíquota subirá para 12%, em 2025; 16%, em 2026; e 20%, em 2027. Analistas consultados pelo **Correio** consideram o dispositivo de difícil aprovação.

A implementação das mudanças pode propiciar recursos para a União, mas não há como saber ao certo qual o impacto e como seria distribuído ao longo do tempo. “O principal problema é 2024, com uma renúncia estimada em R\$ 25 bilhões, dada a vigência plena da desoneração e mais da metade do ano já transcorrido. Nos anos seguintes, a renúncia será menor, em vista da reoneração gradual”, apontou Felipe Salto, economista-chefe da Warren Investimentos.

Salto disse não acreditar que seja possível arrecadar um montante relevante de recursos ainda em 2024. “A meta fiscal terá que ser alcançada com cortes de despesa, mesmo com o desempenho muito bom da receita”, alertou. “Nos demais anos, especialmente em 2025, os recursos propiciados pelas mudanças poderão ajudar a substituir fontes não recorrentes que contribuíram para a arrecadação, em 2024”, acrescentou.

Alejandro Zambrana/Secom/TSE



Cármen Lúcia elogiou o “enorme papel” de Moraes nas eleições de 2022

TSE “é uma escolha constitucional”. Assim como outros ministros do STF que também defenderam Moraes, na quarta-feira, ela destacou que todos os trâmites do magistrado foram formais.

“O TSE tem um único objetivo de garantir a lisura, a transparência e a segurança do processo eleitoral. Nós nos comprometemos com isso permanentemente, assim tem sido feito”, frisou. “Aqui, todas as condutas, inclusive dos presidentes, devem ser formais para serem seguras e para garantir

a liberdade do eleitor no exercício do seu dever de votar.”

Após a repercussão do caso, Moraes afirmou que agiu com base na lei e que, por ter o cargo de presidente da Corte eleitoral, na ocasião, não precisava oficializar os pedidos para ele mesmo. “Seria esquizofrênico eu, como presidente do TSE, me auto-oficiar. Até porque, como presidente do TSE, no exercício do poder de polícia, eu tinha o poder, pela lei, de determinar a feitura dos relatórios”, explicou.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



Quem mexeu nas minhas emendas?

O livro *Quem mexeu no meu queijo* (Record), de 1998, é o maior sucesso de Spencer Johnson, psicólogo norte-americano que optou pela literatura para apresentar seus estudos sobre o comportamento humano. Escreveu duas dezenas de livros, mas foi essa parábola sobre as dificuldades de as pessoas encararem as mudanças que se tornou um best-seller, principalmente entre executivos impactados pelas mudanças da revolução digital. O livro de autoajuda foi traduzido para quase 40 idiomas e vendeu mais de 1,5 milhão de exemplares no Brasil.

A novela, com pouco mais de 100 páginas, começa com uma reunião entre antigos colegas de uma escola secundária de Chicago. O grupo conversa sobre a vida. Diante das lamentações de ex-colegas, Michael, um dos participantes do encontro, conta uma história que mudou sua forma de enxergar as mudanças.

“Há muito tempo, num país muito distante, quando as coisas eram diferentes, havia quatro pequenos personagens que corriam através de um labirinto à procura de queijo, que os alimentasse e os fizesse felizes. Dois eram ratos, chamados Sniff e Scurry, e dois homenzinhos — seres tão pequenos quanto os ratos, mas que se pareciam muito com as pessoas de hoje, e agiam como elas. Seus nomes era Hem e Ham”, conta Michael.

No labirinto, Sniff, Scurry, Hem e Ham levavam uma vida tranquila depois que encontraram uma quantidade absurda de queijo. Os dois ratinhos e os dois homens não precisaram mais ficar correndo pelos corredores do labirinto em busca de alimentos. Entretanto, os dias, as semanas, os meses e os anos foram se passando, e o estoque de queijo, pouco a pouco, foi sendo consumido sem que ninguém notasse. Até que um dia os queijos acabaram.

O choque pelo fim do alimento foi diferente entre ratos e homens. Cada dupla de personagens age de maneira distinta. Alguns teimam em manter a rotina, enquanto outros se dispõem a se aventurar novamente pelos corredores do labirinto, como faziam antigamente. *Quem mexeu no meu queijo* é uma ótima parábola sobre o comodismo, o apeço exagerado à rotina e a aversão às mudanças impostas pela vida.

Um pouco de medo pode ser bom para sair da zona de conforto. Mas não é bom quando o medo existe de modo que não consegue fazer nada. Você não pode esperar resultados diferentes se faz tudo sempre da mesma maneira. É mais ou menos o que está acontecendo com a política brasileira, especialmente no Congresso. O país está patinando; corta-se impostos com uma mão e aumenta-se os gastos públicos com a outra. A conta não fecha. Aprova-se uma reforma tributária e se mantém os privilégios.

Entre Poderes

Como não há transparência quanto à aplicação dos recursos do Orçamento da União, os parlamentares já não precisam se preocupar com o sucesso das políticas públicas nem prestam contas do exercício do mandato aos seus eleitores. Simplesmente, utilizam os recursos para “comprar” a própria reeleição, cooptando prefeitos, vereadores e cabos eleitorais, sem falar na formação de caixa-dois eleitoral, que continua. Cada deputado, por exemplo, tem mais de R\$ 60 milhões em emendas impositivas para gastar como quiser, uma parte dos quais, diretamente no terceiro setor, sem passar por nenhum órgão de controle.

Não é por outra razão a reação do Congresso aos liminares do ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), sobre as emendas impositivas ao Orçamento, principalmente as chamadas emendas Pix e as emendas de comissão, que reeditaram as emendas secretas ao Orçamento da União. O ministro determinou que a execução de todas as emendas impositivas seja suspensa pelo Executivo até que o Congresso garanta a transparência dessas emendas, o que é um preceito constitucional. Ou seja, mexeu no queijo das excelências às vésperas de uma eleição.

O mais incomodado é o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), cujo poder é anabolizado pelas emendas Pix e emendas de comissão, num pacto com os líderes de bancada, que decidem para quem e aonde vão. Acuada, a ala política do Palácio do Planalto acusa Dino de deflagrar uma crise entre o Congresso e o Judiciário, que acaba caindo no colo do Executivo. Depois da liminar, Lira telefonou para o ministro da Casa Civil, Rui Costa, para comunicar que as propostas de interesse do governo estavam suspensas. O pretexto é de que Lula teria incentivado Dino a suspender a execução das emendas.

Na noite de quarta-feira, a poderosa Comissão Mista de Orçamento decidiu retaliar o Judiciário e rejeitou a Medida Provisória 1238/24, que abre crédito orçamentário de R\$ 1,3 bilhão para o Poder Judiciário e o Conselho Nacional do Ministério Público. Vamos ver se magistrados e procuradores, que também gastam muito, apertam o cinto e enfrentam o problema. Ou será que vão recuar de uma decisão constitucionalmente correta?

A liminar não inclui recursos destinados a obras em andamento ou ações para atendimento de calamidade pública. Foi encaminhada pelo ministro Dino para o plenário virtual. Agora, aguarda manifestação dos demais ministros. As emendas impositivas são emendas individuais de transferência especial, as chamadas emendas Pix, cuja destinação não depende de projeto nem destinação preestabelecida, num montante de R\$ 25 bilhões; emendas individuais de transferência com finalidade definida, ou seja, como os recursos devem ser aplicados e finalidade específica; emendas de bancadas estaduais, no valor R\$ 11,3 bilhões para essas emendas, sem que os autores sejam conhecidos. É muito queijo.

JUDICIÁRIO

Presidente do TSE defende Moraes

» LUANA PATRIOLINO

A presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Cármen Lúcia, usou os primeiros minutos da sessão de ontem para defender o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), acusado de pedir informações a assessores da Corte eleitoral, fora do rito judiciário, para respaldar decisões contra bolsonaristas no inquérito das fake news.

Cármen Lúcia disse que seu antecessor no comando do TSE foi “um grande presidente” e que ele “cumpriu um enorme papel nas eleições de 2022”. “Antes de dar início a esta sessão, eu gostaria de fazer duas observações em nome do TSE. Primeira delas, a propósito de notícias que têm sido veiculadas a respeito do ex-presidente desta casa, ministro

Alexandre de Moraes. Um grande ex-presidente, que cumpriu um enorme papel, como é de conhecimento geral do país, nas eleições de 2022”, frisou.

Nesta semana, reportagem do jornal *Folha de S. Paulo* afirmou que o setor de combate às fake news do TSE foi “usado como braço investigativo do gabinete do ministro no Supremo”. Sustenta, ainda, que houve um fluxo de informações “fora do rito envolvendo os dois tribunais”.

Também conforme a reportagem, Moraes — que presidiu o TSE de 2022 até maio deste ano — “escolhia” pessoas a serem investigadas pela Assessoria Especial de Enfrentamento à Desinformação (AEED), órgão do TSE de combate à desinformação.

A ministra ressaltou que “acumulação de funções” no STF e no